

STEPIE ULB S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM** **31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia **STEPIE ULB S.A.** é uma sociedade de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.126.388/0001-22, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 43300040429. Está sediada na cidade de Canoas (RS), Rua Farroupilha nº 8.001, terreno Campus da Ulbra - Universidade Luterana do Brasil, no prédio denominado Usina, Bairro São José, CEP 92.425-900.

A Sociedade tem como objeto a implantação física de uma Unidade Geradora de Energia a Gás Natural, a prestação de serviços para aquecimento, resfriamento e vaporização de água do “Campus Ulbra-Canoas”, bem como a geração de energia elétrica para o complexo ULBRA - Universidade Luterana do Brasil e para o Hospital Ulbra Universitário.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2026.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mantidos até o vencimento e b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidas no resultado quando incorridos.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios

da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.6 Imobilizado

A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.8 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.9 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos

tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.11 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.12 Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual do ativo imobilizado;
- b) *Impairment* do ativo imobilizado; e,
- c) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

NOTA 04 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;
- c) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; e,
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

- **Risco de crédito**

A Companhia monitora permanentemente o risco de crédito de seus recebíveis em decorrência da situação econômico-financeira do seu cliente Ulbra.

- **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a

Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Contas a Receber de Clientes	1.571	1.571
Contas a Receber Partes Relacionadas (Nota 07)	7	7
	1.578	1.578
Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.571)	(1.571)
Total do Contas a Receber de Clientes	7	7
Total do Contas a Receber Circulante	7	7
Aging List Contas a Receber de Clientes	2025	2024
Vencidos	1.578	1.578
Total do Contas a Receber de Clientes	1.578	1.578

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
COFINS	130	111
PIS	30	24
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 11)	12	12
Total de Impostos a Recuperar	172	147

NOTA 07 - PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas com as pessoas ligadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros. Nos mútuos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
MÚTUO PASSIVO		
Stemac S.A.	1.065	1.065
Stepie Uni Energia Ltda.	9.630	9.630
Total	10.695	10.695

FORNECEDORES**PARTES RELACIONADAS**

	2025	2024
Stemac S.A. - Grupos Geradores (Nota 10)	288	20.181
Total	288	20.181

CLIENTES**PARTES RELACIONADAS**

	2025	2024
Stemac S.A. - Grupos Geradores (Nota 05)	7	7
Total	7	7

NOTA 08 - IMOBILIZADO

	Imóveis e Prédios	Instalações	Maq e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Imob em Andamento	Total
Taxas de Depreciação Societária	4%	10%	10%			

Em 31 de dezembro de 2023

Custo	1.926	4.863	28.857	2	696	36.344
Dep. Acum. e Impairment	(577)	(4.863)	(25.148)	(2)	-	(30.590)
Valor líquido contábil	1.349	-	3.709	-	696	5.754

Saldo Inicial	1.349	-	3.709	-	696	5.754
Aquisição	-	-	518	-	730	1.248
Depreciação	(48)	-	(501)	-	-	(549)
Saldo Final	1.301	-	3.726	-	1.426	6.453

Em 31 de dezembro de 2024

Custo	1.926	4.863	29.375	2	1.426	37.592
Dep. Acum. e Impairment	(625)	(4.863)	(25.649)	(2)	-	(31.139)
Valor líquido contábil	1.301	-	3.726	-	1.426	6.453

Saldo Inicial	1.301	-	3.726	-	1.426	6.453
Aquisição	-	-	2	-	1.292	1.294
Reclassificações	-	161	-	-	(161)	-
Depreciação	(49)	(121)	(502)	-	-	(672)
Saldo Final	1.252	40	3.226	-	2.557	7.075

Em 31 de dezembro de 2025

Custo	1.926	5.024	29.377	2	2.557	38.886
Dep. Acum. e Impairment	(674)	(4.984)	(26.151)	(2)	-	(31.811)
Valor líquido contábil	1.252	40	3.226	-	2.557	7.075

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado, considerando como data base 01/01/2012, de acordo com a NBC TG 1000 – R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e realizou a revisão neste exercício.

NOTA 09 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME - Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, observando as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

(a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Fontes internas de informação:

(d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e,

(f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.

NOTA 10 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

FORNECEDORES	2025	2024
Fornecedores Nacionais	19.558	24
Fornecedores Partes Relacionadas (Nota 07)	288	20.181
Total	19.846	20.205

Aging List Contas a Pagar	2025	2024
Vencidos	335	20.200
A vencer em até 3 meses	2	5
A vencer maior que 1 ano	19.509	-
Total	19.846	20.205

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CURTO PRAZO	2025	2024
Portaria Conj. PGFN - RFB (Nota 11)	97	107
Diversos	-	12
Parcelamento Simplificado Demais Débitos	370	331
Total	467	450

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO	2025	2024
Portaria Conj. PGFN - RFB (Nota 11)	1.939	1.939
Parcelamento Simpl. Demais Débitos	89	89
Total	1.797	2.028

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	2025	2024
IRPJ Estimativa a Compensar	-	8
CSLL Estimativa a Compensar	12	4
Total Ativo Circulante (Nota 06)	12	12

Passivo	2025	2024
Impostos Diferidos	702	872
Total Passivo Não Circulante	702	872

Os valores dos tributos sobre o lucro, registrados na demonstração do resultado do exercício são decorrentes da provisão do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) correntes e dos tributos diferidos:

Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL	2025	2024
Realização de IRPJ/CSLL diferidos	170	705
Saldo em 31 de dezembro	170	705

11.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, sobre a base negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

A composição de ativos e passivos de imposto de renda diferido é a seguinte:

Passivo Fiscal Diferido	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Depreciação	17	3	20	10	3	13
Prov. Devedores Duvidosos	(393)	(141)	(534)	(393)	(141)	(534)
Valor (<i>Deemed Cost</i>)	895	321	1.215	1.025	368	1.393
Total Passivo Não Circulante	519	183	702	642	230	872

11.2 – Parcelamentos de Impostos

No ano de 2020 e 2021 a Companhia aderiu ao parcelamento Simplificado Pepar para quitação de impostos demais débitos e ao parcelamento da PGFN para quitar débitos que foram inscritos em dívida ativa.

A companhia aderiu a uma nova modalidade de parcelamento em maio de 2023 junto a PGFN. Os débitos que antes haviam sido negociados, foram migrados para um parcelamento com benefício de encargos. Foi registrado na conta Recuperação de Despesas o valor que a companhia obteve de redução de valores.

NOTA 12 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 5.166 mil, sendo 5.100 em ações ordinárias e 66 em ações preferenciais, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, subscrito e integralizado inteiramente por sócios domiciliados no País. As ações preferenciais possuem as vantagens asseguradas no Estatuto Social.

NOTA 13 - RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	-	448
Impostos e devoluções de vendas	-	(41)
Receita Líquida	-	407

NOTA 14 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Despesas Financeiras		
Juros Pagos	(264)	(320)
Despesas Bancárias	(3)	(10)
Total das Despesas Financeiras	(267)	(330)
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	1.036	2.582
Descontos Obtidos	1.042	-
Varição Cambial Ativa	1	40
Total das Receitas Financeiras	2.079	2.622
Resultado Financeiro Líquido	1.812	2.292

NOTA 15 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2025	2024
Recuperação de despesa (Nota 11.2)	21	(1.362)
Total	21	(1.362)

NOTA 16 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	202	(301)
	<u>202</u>	<u>(301)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	5.166	5.166
Total	<u>5.166</u>	<u>5.166</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	0,04	(0,06)

NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Riscos Nomeados Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo + Dano Elétrico) VR: R\$ 10.9 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Berkley Seguros	24/08/2026

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações operacionais e administrativas.

NOTA 18 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	202	(301)
(+/-) IR, CSLL	(170)	(705)
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	(1.812)	(2.292)
(+) Depreciações e Amortizações	672	549
Ebitda	(1.108)	(2.749)
Margem Ebitda	(0%)	(675,4%)